

NOTA DE POSICIONAMENTO

CORONAVÍRUS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

“Fundamentalmente, precisamos nos concentrar nas pessoas – nos trabalhadores mais vulneráveis, com baixos salários, pequenas e médias empresas” (...) “Isso significa apoio salarial, seguro, proteção social, prevenção de falências e perda de empregos”. (Antônio Guterres, 2020¹)

Frente ao grave contexto de pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no mundo, viemos através desta Nota, nos posicionar à favor dos direitos humanos fundamentais dos cidadãos, sobretudo, a ampla parcela da população vulnerável que possuímos no país, sem acesso à políticas públicas básicas, como saúde, moradia, alimentação, trabalho, dentre outros.

Grande parte da população do Brasil, já vem sofrendo com a falta de acesso à políticas públicas sociais básicas, o que contribui ainda mais com a desigualdade social do país que já é o segundo do mundo com a maior concentração de renda, perdendo apenas do Catar (Oriente Médio), segundo o ranking de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2018), do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD². Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 com dados de 189 países, apresentado pelo PNUD, o Brasil é o 4º país com o maior IDH da América do Sul. No entanto, quando o índice de desigualdade do país é subtraído do valor do seu IDH, ele perde 24,5%. A parcela dos 10% mais ricos do país, reúne aproximadamente 42% da renda total do Brasil³.

Levando em consideração que estes dados supracitados são de 2018, antes do governo atual, que propõe um desmonte e sucateamento das políticas públicas de saúde

¹ Discurso do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antônio Guterres, na sua primeira coletiva de imprensa virtual, realizada no dia 19/03/2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-pede-solidariedade-esperanca-e-resposta-global-coordenada-para-combater-pandemia/>. Acesso em: 27/03/2020.

² Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-apresenta-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dado.html>. Acesso em: 26/03/2020.

³ *Ibidem*.

e assistência social, quais sejam, do Sistema único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Que paralisou e/ou estagnou vários programas sociais, como o programa habitacional: “Minha casa, minha vida”, programa contra a pobreza: “bolsa família” e quase todos os programas de Segurança Alimentar e Nutricional. Que realizou mudanças na legislação trabalhista, retirando vários direitos trabalhistas conquistados historicamente e previstos na Constituição Federal. Que contribuiu para que a extrema pobreza atinja o seu maior nível em 7 anos, chegando a 13,5 milhões de pessoas no Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴. Que fez expressivos cortes orçamentários na educação pública e ataca professores e pesquisadores, desconsiderando a importância destas funções sociais no avanço da democracia e da garantia dos direitos humanos fundamentais no Brasil. Avaliamos, que esses índices de desigualdade social, extrema pobreza, desemprego, dentre outros, só se agravaram e tornam o país ainda mais desigual, injusto e sem garantir direitos básicos à milhões de pessoas.

E, é exatamente neste cenário político, social e econômico que a pandemia do Coronavírus (Covid 19) atinge o país e nos aponta a importância de cuidarmos das pessoas, seja por conta da pandemia, seja pela negligência do estado, que não vem cumprindo com sua função para com a sociedade.

Por isto, nos posicionamos à favor e pela garantia dos direitos humanos fundamentais, e por ações prioritárias e emergenciais do executivo, legislativo e judiciário, neste momento da pandemia no Brasil. Nossa preocupação com a pandemia, também legítima e de acordo com a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e, demais instituições de saúde e infectologia do mundo, que nos adverte quanto ao isolamento em nossas casas, ultrapassa os impactos de sua disseminação e, da sua letalidade. Vai além, pois nossa preocupação é, sobretudo com os mais vulneráveis no país, e, obviamente, alvos principais da mortalidade do vírus. E, nossa preocupação, que se mantém ainda e é a mesma de antes da pandemia, é com a morte de inúmeras pessoas

⁴ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em 26/03/2020.

que morrem de fome, assassinadas pelo governo, ou por tantas outras negligências que só aumentam, como nos mostram os dados.

Portanto, reafirmamos enquanto instituições, nossa implicação e atuação com a responsabilidade social, com a saúde coletiva e pela garantia dos direitos humanos fundamentais, principalmente em tempos de pandemia.

Apoiamos a oferta de uma saúde mental pública humanizada, universal, respeitosa, intersetorial, integral, sem preconceitos e em liberdade. Mas, sobretudo, que contribua com uma sociedade justa, democrática e que garanta direitos básicos. Esse é o nosso compromisso!

Belo Horizonte, 02 de Abril de 2020

Assinam este documento:

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA/ CRP

INSTITUTO DE DIREITOS HUMANOS/ Instituto DH

FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL/ FMSM

FRENTE MINEIRA SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/ FMDDH

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL DE MINAS GERAIS/ ASUSSAM